

PARECER JURÍDICO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº: 006/2024- CE
CONTRATO Nº: 20240255
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, PARA PAVIMENTAÇÃO DE ACESSO A ORLA DO RIO TAPAJÓS NO DISTRITO DE BARREIRAS, MUNICÍPIO DE ITAITUBA – PA.
ASSUNTO: ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL POR ALTERAÇÃO QUALITATIVA.
CONTRATADA: QUEIROZ E MOURA LTDA.

1. RELATÓRIO

O Secretário Municipal de Planejamento encaminhou ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaituba/PA (MEMO.SEMPLA Nº 133/2025), pedido de prorrogação do prazo de execução ao Contrato nº 20240255 realizado pela Contratada QUEIROZ E MOURA LTDA, referente à Concorrência Eletrônica nº 006/2024 – CE.

No que se refere a prorrogação de prazo, a justificativa apresentada para a celebração do Termo Aditivo reside, em síntese, que fatores externos e internos, impactaram o cronograma inicialmente estabelecido, haja vista que as chuvas intensas dificultaram as entregas dos materiais e o fornecimento de equipamentos até o local da obra, que possui poucas vias de acesso conforme imagem apresentada, além de eventuais ajustes técnicos, acarretando o atraso do cronograma estipulado, solicitando a prorrogação para conclusão da obra.

Foi informado que a prorrogação do prazo de execução será por 150 (cento e cinquenta) dias, a contar do dia 27/05/2025

É o breve relato.

Passo a opinar e fundamentar.

Ressalte, primeiramente, que não cabe a este Procurador a análise do mérito administrativo (conveniência, oportunidade de sua realização), conduta que recai sobre a pessoa do Administrador Público – o que já foi externado com a Autorização para Aditivo, cabendo tão somente a análise dos aspectos jurídicos-formais do instrumento contratual que visa implementar.

O supracitado contrato tem seu prazo de execução em vias de terminar e devido as situações apresentadas na justificativa, o atraso em questão impossibilitou o curso regular e a conclusão da obra.

2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Trata-se de análise jurídica acerca do pedido de prorrogação de prazo de execução solicitado pela empresa contratada, em que alega a ocorrência dos motivos que durante a execução da obra levaram ao atraso da mesma.

É necessário esclarecer que o mesmo se trata de uma contratação de serviços por escopo, que segundo a nova Lei Geral de Licitações e Contratos, são definidos como aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto (art. 6º, XVII).

Após análise da solicitação de prorrogação do prazo de execução do contrato por escopo, é possível verificar que requisitos legais estabelecidos para tal prorrogação estão devidamente presentes, conforme segue.

Primeiramente, a caracterização da necessidade de prorrogação está claramente demonstrada, uma vez que o contrato em questão apresenta uma justificativa quanto à ocorrência de fato excepcional que impossibilitou o cumprimento do prazo originalmente estabelecido. De acordo com a documentação apresentada, a razão para o atraso está diretamente vinculada ao impacto de fatores externos e internos, tais como condições climáticas adversas, que atrasaram a entrega de materiais e fornecimento de equipamentos, além de eventuais ajustes técnicos, o que impediu a

execução dos serviços dentro do prazo acordado. Tal evento configura-se como um caso de força maior, um evento imprevisível e inevitável, que impõe a impossibilidade de cumprimento do prazo estipulado, atendendo, assim, à condição necessária para a prorrogação do prazo.

Em seguida, no que se refere à justificativa devidamente documentada, observa-se que a solicitação de prorrogação foi formalmente apresentada, acompanhada de explicações detalhadas sobre as razões que impediram a conclusão do contrato dentro do prazo previsto. A documentação inclui o pedido da empresa, no qual são explicitadas as circunstâncias que geraram o atraso. Tal documentação demonstra a transparência e a necessidade da extensão do prazo para a conclusão dos serviços, atendendo ao requisito de formalização e documentação da justificativa.

Com o advento da Lei de Licitações, nº 14.133/2021, fundamentado no Art. 124, inciso II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, destaca-se, a possibilidade de alteração contratual mediante acordo entre as partes, nos seguintes termos:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo entre as partes:

(...)

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

Nesse contexto, observa-se que as justificativas apresentadas para a prorrogação do prazo contratual encontram respaldo na hipótese legal mencionada, evidenciando plena conformidade com a legislação vigente. No presente caso, a impossibilidade de cumprimento do prazo inicialmente estabelecido, em decorrência das intensas chuvas e ajustes técnicos que impactaram diretamente a execução da obra, configura uma situação técnica que inviabiliza a manutenção do regime de execução conforme previsto inicialmente.

Quanto ao registro formal do pedido, uma vez caracterizada a necessidade e comprovadas as condições que justificam a prorrogação, o procedimento foi registrado de forma clara e objetiva, garantindo a regularidade, a transparência e a segurança jurídica do processo.

Dessa forma, a formalização de termo aditivo contratual com o novo cronograma de execução, ajustado às condições técnicas verificadas, encontra respaldo legal e se alinha às boas práticas da gestão pública, garantindo a continuidade do objeto contratado sem prejuízo ao interesse público.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela possibilidade de alteração do prazo de execução do contrato, em conformidade com o disposto no Art. 124, inciso II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, e considerando a análise dos fatos apresentados. Conclui-se que a prorrogação do prazo é juridicamente válida, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Parecer não vinculante, meramente opinativo.

Itaituba-PA, 20 de maio de 2025.

ATEMISTOKHLES A. DE SOUSA
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL
OAB/PA Nº 9.964